

# ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O   D E   D E B A T E S

HORÁRIO POLÍTICO  
FINANCIAMENTO  
REELEIÇÃO  
DO VOTO?  
CORRUPÇÃO  
URNA  
ELETRÔNICA  
PEC  
FUNDO PARTIDÁRIO  
SÓCIEDADES  
MANDATOS  
PARTIDOS

## **REFORMA POLÍTICA** **Por que o Brasil precisa de uma?**

**espaço  
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD



**Encontros Democráticos** são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

### A complexidade da reforma política

**A** reforma política é considerada tema prioritário na agenda do Congresso Nacional há mais de três décadas. Apesar disso a legislação evoluiu muito pouco ao longo deste período, especialmente porque há grande dificuldade em fazer convergir os interesses dos partidos.

O Espaço Democrático - a fundação de estudos e formação política do PSD - reuniu três especialistas para tratar do assunto em mais uma edição da série Encontros Democráticos, que debate grandes temas de interesse da sociedade moderna.

Os cientistas políticos Rubens Figueiredo e Rogério Schmitt e o advogado Thiago Bovério, especialista em legislação partidária, concordaram em um ponto: mudanças pontuais podem ajudar a aperfeiçoar o sistema político e a fortalecer o Poder Legislativo ao mesmo tempo em que aproximariam os partidos dos eleitores, resgatando sua credibilidade.

Esta publicação traz a íntegra do debate, realizado no final de abril de 2015, momento em que a Câmara Federal discutia, uma vez mais, pontos para mudar a legislação.

Boa leitura!



### Participantes

- **SÉRGIO RONDINO**, jornalista
- **RUBENS FIGUEIREDO**, cientista político
- **THIAGO BOVERIO**, advogado
- **ROGÉRIO SCHMITT**, cientista político



**SÉRGIO RONDINO:** Este terceiro encontro da Fundação Espaço Democrático, dentro do ciclo “Encontros Democráticos”, vai debater hoje a questão da Reforma Política, um tema recorrente, que ressurgue com tanta frequência nas crises políticas do Brasil que chega a se tornar cansativo, até porque essa reforma não sai nunca. E por que não sai? Nós vamos tratar do assunto hoje com os cientistas políticos Rubens Figueiredo e Rogério Schmitt e o advogado Thiago Boverio, que é um especialista em legislação eleitoral e partidária.

Podemos começar com esta questão: por que o Brasil precisa de uma reforma política?

“ ...por que o Brasil precisa de uma reforma política? ”



**RUBENS FIGUEIREDO:** A reforma política é vista como panaceia. Há pelo menos trinta anos se discute a questão. Tem corrupção? Vamos fazer reforma política! O povo está nas ruas? Vamos fazer reforma política com plebiscito. O Brasil perde de 7 a 1 da Alemanha? Vamos fazer reforma política... E normalmente se discute a reforma política como um conjunto de medidas que nos daria um aperfeiçoamento institucional muito rápido. Por isso eu costumo brincar que no Brasil se defende uma reforma revolucionária, que não aconteceu em nenhum lugar do mundo. Eu acho que do jeito que se discute fica difícil - a PEC 352 de 2013 prevê uma reforma com 15 pontos, entre eles acabar com o voto

obrigatório, redimensionar os partidos, acabar com coligação proporcional... É um conjunto muito amplo de medidas que dificilmente vai ser implementado. O que eu acho mais viável é o aperfeiçoamento contínuo, é aumentar a estabilidade do regime, a efetividade decisória, o cumprimento dos mandatos com honestidade e transparência e aumentar também a adesão dos cidadãos aos valores democráticos. Eu diria que a reforma do jeito que se imagina no Brasil é muito difícil de acontecer pelas paixões que desperta. Ela teria um caráter paralisante no Congresso Nacional. Em vez de ajudar, atrapalharia a votação de propostas e questões que, no curto prazo, são mais importantes.

“**Tem corrupção? Vamos fazer reforma política! O povo está nas ruas? Vamos fazer reforma política com plebiscito. O Brasil perde de 7 a 1 da Alemanha? Vamos fazer reforma política...**”



**THIAGO BOVÉRIO:** Do ponto de vista jurídico, reforma política é o aperfeiçoamento da legislação eleitoral e partidária. E o foco que se deve ter é o eleitor. Aproximar o eleitor das questões políticas do País, das decisões do País, por meio de uma legislação correlata. A gente vê todo mundo querendo reinventar a roda, mas isso afasta ainda mais o eleitor, o cidadão. Eu entendo que o foco deve ser o aperfeiçoamento da legislação que já existe, e de forma moderada. Nada muito radical, nada exagerado. É passo a passo. A gente ouve falar muito hoje da questão do excesso de gastos nas campanhas eleitorais.

Querem combater esse enorme volume de dinheiro que é gasto nas eleições. Eu começaria por aí. Mecanismos de aperfeiçoamento para baratear as campanhas. Depois, num segundo passo, o fortalecimento dos partidos. E tudo isso através de legislações que se amoldam à cultura do País. Muito se fala também em coincidência das eleições, escolha para todos os cargos no mesmo ano. Eu acredito que os eleitores do nosso País não estão preparados ainda. Isso causa confusão. Essa reforma também tem que objetivar a cultura, a maturidade da nossa sociedade. Tem que acompanhar essa maturidade.

“**A gente vê todo mundo querendo reinventar a roda, mas isso afasta ainda mais o eleitor, o cidadão.**”



“ E qualquer reforma política, para dar certo, precisa partir de uma premissa: certas coisas não vão mudar. ”



**ROGÉRIO SCHMITT:** O Rubens lembrou bem que neste ano nós estamos comemorando exatamente 30 anos de debate sobre reforma política. Começou logo com a posse do (José) Sarney na Presidência, após o fim do regime militar. Ele convocou a famosa Comissão Afonso Arinos, que ficou encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição brasileira. Foi lá que surgiu esse debate e estamos até hoje falando nisso. Nesses 30 anos eu não me lembro de nenhum ano em que os cientistas políticos não tenham sido convidados a dar 50 entrevistas sobre as mudanças que deveriam ser feitas. Eu acho que existem certas características institucionais do nosso sistema político que já se provaram duradouras. E qualquer reforma política, para dar certo, precisa partir de uma premissa: certas coisas não vão mudar. Que o Brasil é uma democracia, em primeiro lugar. Um regime republicano, federativo, presidencialista, multipartidário, com sistema de voto proporcional.

São instituições que, ainda que nem todas desfrutem de consenso, claramente resistiram bem à

prova do tempo. O que eu acho é que o debate da reforma política não pode ser estético – “eu prefiro esse sistema porque no país x ele funciona bem”, ou “eu prefiro aquele outro porque funciona bem”. Não é assim que se debate. Senão, efetivamente, chegamos ao risco da paralisia que foi apontada aqui. Precisamos saber como intervir pontualmente para aperfeiçoar as instituições que nós já temos e não para trocá-las por outras inteiramente novas. Nenhum político, no mundo inteiro, jogaria racionalmente fora as instituições pelas quais foram eleitos para colocar no lugar delas outras que não saberiam como funcionariam na prática. Essa tem que ser a premissa básica: buscar aperfeiçoar o que já existe.

**SÉRGIO RONDINO:** Mas é claro que existe na sociedade brasileira um desencanto com a atividade política e com as instituições políticas. E esse clamor por mudança é que leva a essa discussão a respeito de reforma política. Se tem que mudar alguma coisa, o que seria prioritário? Qual é o foco principal?



**RUBENS FIGUEIREDO:** Diminuir a corrupção, aumentar a representatividade, tudo isso é muito bom do ponto de vista do aperfeiçoamento do sistema político. Mas precisamos ver o que dá para fazer. Você tocou na questão dessa certa desilusão com a política. Isso não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. O que a gente tem no Brasil são espasmos da opinião pública, que tem um ritmo muito diferente do ritmo das instituições. Uma vai de Ferrari e a outra vai de Jipe. As instituições não têm a capacidade de processar essas demandas com a rapidez que a opinião pública deseja. Eu diria que pode haver certo consenso com a proposta de uma cláusula de desempenho. Acho que os grandes partidos podem se acordar em relação a isso. É algo que certamente promove o aperfeiçoamento e não é tão difícil de fazer. E o fim das coligações nas eleições proporcionais. A permissividade que existe hoje cria na opinião pública uma sensação de bagunça, de confusão que não ajuda a sedimentar os valores democráticos.

**THIAGO BOVÉRIO:** É difícil definir prioridade. Mas num apanhado geral eu acredito que devemos criar sistemas, mecanismos de aproximação do cidadão-eleitor com o poder público, principalmente quando a questão envolve eleições. A gente vê as manifestações, o povo quer participar mais. Só que há um distanciamento muito grande da legislação hoje. Ela tem impedimentos que inviabilizam essa participação mais efetiva do eleitor, do cidadão com o poder, na vida partidária, na vida política do País. Um País muito grande como o nosso, população imensa, teria que, a meu ver, facilitar o ingresso na vida partidária principalmente.

**ROGÉRIO SCHMITT:** Primeiro eu queria relativizar a premissa da qual nós estamos partindo, de que existiria um clamor popular por mudanças. Não sei se é tão verdadeira assim. De fato, pesquisas de opinião pública mostram que há uma rejeição maior aos partidos políticos, mas a opinião pública, como o Rubens lembrou, é volátil. Sobe agora, depois, lá na frente, cai. Se você olhar, por exemplo, para as eleições brasilei-

ras, se observar uma tendência histórica, você não consegue perceber nem um aumento das abstenções eleitorais, ou dos votos brancos e nulos, que poderiam ser tomados como dados empiricamente mais fortes de que haveria uma rejeição ao sistema. Pelo contrário, os dados que a gente conhece mostram que, especialmente depois da adoção da urna eletrônica, os votos brancos e nulos hoje atingem patamares baixíssimos - podem subir um pouquinho ou diminuir, dependendo de cada eleição. Eu tenho alguma dúvida se essa premissa de fato é verdadeira.

E qual seria a prioridade? Acho que cada um tem a sua. Acho que esse é exatamente o ponto de impasse do sistema político, por isso tão poucas mudanças radicais foram realizadas nesses últimos 30 anos. Porque é muito difícil chegar a um consenso majoritário do que é prioritário. Hoje, a proposta que parece reunir maior consenso é o fim das coligações nas eleições proporcionais. Ou seja, os partidos continuariam fazendo coligações nas eleições para presidente, governador, prefeito, senador, mas não seria mais possível fazer coligações nas eleições para deputado federal, estadual e vereador. Essa Proposta de Emenda Constitucional acabou de ser aprovada no Senado, em dois turnos, e provavelmente será votada na Câmara nos próximos meses. Imagine que, inclusive, já valerá para a eleição municipal do ano que vem. Não existem muitos outros itens da cesta da reforma política que desfrutem de tanto consenso assim.

**SÉRGIO RONDINO:** Vamos esmiuçar um pouquinho mais essas duas propostas que o Rubens citou inicialmente. Fim da coligação para as eleições proporcionais e a cláusula de barreira. Fim da coligação proporcional, o que há de positivo e de negativo para o País? Por que é bom acabar com ela?

**ROGÉRIO SCHMITT:** A possibilidade de os partidos fazerem coligações nas eleições proporcionais é contraditória com o próprio sistema eleitoral que nós adotamos. O sistema eleitoral que o Brasil adota, que é o proporcional nas eleições para deputados e vereador, é exatamente um sistema voltado para garantir aos partidos menores a possibilidade de elegerem bancadas também. O sistema proporcional é o que mais favorece os pequenos partidos. O que a coligação eleitoral faz? Ela introduz uma contradição nessa lógica. Ela permite que partidos consigam eleger bancadas desproporcionais ao número de votos que tiveram. Em tese, se o partido tem 10% dos votos, ele vai eleger 10% dos deputados. Com as coligações, essa regra é violada na prática porque a votação do partido não é mais o que determina quem vai ser eleito e quem não vai. É um contrassenso à própria regra eleitoral proporcional. Por isso que o fim das coligações torna o sistema mais coerente. Já é um sistema proporcional e supondo que isso seja derubado, é exclusivamente a votação do partido que vai determinar quantos deputados ou vereadores vai eleger. É assim que o sistema proporcional funciona no mundo inteiro.

**SÉRGIO RONDINO:** E o fenômeno dos Tiriricas, Thiago, seria eliminado com o fim da eleição proporcional?

**THIAGO BOVÉRIO:** Eu acredito que as propostas, as ideias ficam mais claras. Acaba aquela sopa de letras. Para o eleitor fica mais fácil identificar a melhor proposta para ele, para o que ele quer, para o que ele pensa. Então, acredito que com o fim das coligações proporcionais não existira, pelo menos em tese, o fenômeno Tiririca. O partido dele teria que ter um dis-

“**acredito que com o fim das coligações proporcionais não existira, pelo menos em tese, o fenômeno Tiririca. O partido dele teria que ter um discurso. Ficariam mais evidentes a ideologia, as propostas do partido ...**”

curso. Ficariam mais evidentes a ideologia, as propostas do partido, e isso seria positivo do ponto de vista do eleitor, do conhecimento dele e da participação dele através do voto.

**ROGÉRIO SCHMITT:** Eu acabei não falando especificamente sobre o fator Tiririca. O fim das coligações não vai mudar nada. Fenômenos como o Tiririca têm a ver com outra coisa, chamada lista aberta. Ou seja, a possibilidade de o eleitor votar em candidatos individuais. Isso continua acontecendo. De qualquer modo, mesmo nesse caso, a votação do Tiririca ajudará a eleger outros candidatos do partido dele, e não mais, como acontece hoje, candidatos da coligação. Vão ser sempre os mais votados que serão eleitos, isso tem a ver com a lista aberta e não está sendo discutido.

**SÉRGIO RONDINO:** Não é um ponto negativo, se continua mantida a possibilidade de partidos es-

colherem para candidatos pessoas famosas que jamais tiveram participação política e são convidadas a participar da eleição exatamente para atrair votos? Então, a questão de votar em um candidato e acabar elegendo outro persiste. Isso não é ruim?

**RUBENS FIGUEIREDO:** Isso vai continuar. O Brasil já tem uma tradição nessa linha do voto proporcional por lista aberta. Como o Rogério falou, você não pode jogar na lata de lixo a cultura que existe no País, não se muda isso da noite para o dia. Fala-se da alternativa do voto distrital misto, que é outro arranjo; fala-se no distritão, que seria uma forma de apenas os mais votados serem eleitos. Tapa a luz de um lado, mas abre a cortina do outro: teremos uma fragilização dos partidos políticos na medida em que a campanha vai ser mais personalista do que já é hoje. E eu queria lembrar aqui que o sistema político brasileiro não está engessado. Nós tivemos, ao longo desses 30 ou 20 e poucos anos nos quais a questão está sendo discutida, uma

série de aperfeiçoamentos. Só para lembrar, a informatização da Justiça Eleitoral, a ficha-limpa, que é algo importante - antes o candidato podia dar brinde, hoje não pode mais. Subjacente a essa ideia da reforma está a seguinte questão: eu, mudando a lei, vou mudar o comportamento. E não é bem assim. Fala-se em financiamento público de campanha para acabar com caixa 2. Mas caixa 2 já não pode hoje. Nada garante que você vá, através de uma engenharia institucional, mudar o comportamento da sociedade.

**THIAGO BOVÉRIO:** Ainda sobre a questão das coligações proporcionais, eu entendo que o sistema se tornaria mais efetivo se aliado à lista fechada. Porque deixa de ser atrativo para o partido o ingresso dessas figuras de palhaço. Você estará desprestigiando o próprio partido e as figuras que ali estão. Porque hoje é a figura específica, subjetiva, do palhaço, que foi o candidato. Mas quando se vota no partido acredito, em tese, que esse tipo de candidatura não teria muito espaço porque você estaria diminuindo o partido por falta de ideias, por falta de propostas.

**ROGÉRIO SCHMITT:** Tanto a lista fechada como a lista aberta são compatíveis com o voto proporcional. Se você olhar aí no mundo, alguns países têm sistema proporcional com lista fechada, outros com lista aberta.

**SÉRGIO RONDINO:** É importante explicar o que é lista fechada e o que é lista aberta...

**ROGÉRIO SCHMITT:** A lista aberta, que é o sistema que temos aqui, é o critério que se usa para determinar quais os candidatos de cada partido serão eleitos. O partido fez jus, por exemplo, a cinco deputados. Como se determina como esses cinco serão eleitos?

Na lista aberta, que nós temos aqui, são os cinco mais votados individualmente. Ou seja, o eleitor escolhe, de cada partido, quem vai ser votado. O Thiago estava falando que é importante empoderar, como se diz hoje, o eleitor. A lista fechada é o contrário. O eleitor não tem poder nenhum sobre a ordem em que os candidatos de cada partido serão eleitos. O partido, na convenção, lança sua lista de candidatos, que já vem numa ordem e o eleitor só vota na legenda. Então, a lista fechada é um sistema que dá poder ao partido.

**THIAGO BOVÉRIO:** A lista fechada considera a democracia interna, viabiliza a participação dos filiados, não é tão engessado assim.

**RUBENS FIGUEIREDO:** Mas num país onde os partidos são frágeis e a identificação do eleitor com eles é muito pequena - e nós estamos aqui falando no começo de 2015, num de seus momentos de maior fragilidade - a lista fechada seria um artificialismo. Se a gente fizer uma pesquisa de opinião e perguntar, por exemplo, que ideias o partido tal representa, teremos um número de eleitores elevadíssimo que não vai ter a mínima ideia. Se a gente tem a deficiência do personalismo, a introdução de uma outra forma de escolher também criaria um defeito.

**ROGÉRIO SCHMITT:** Eu temo que afastaria ainda mais os eleitores dos partidos. Faz uma pesquisa. Quem você prefere que escolha os deputados: você ou a burocracia partidária? Não precisa ser muito esperto para saber...

**SÉRGIO RONDINO:** Estamos falando, obviamente, de um mundo mais ideal, partidos abertos, democráticos...

**THIAGO BOVÉRIO:** Eu parto da premissa de que a concorrência será entre partidos. Aquele que tem as figuras mais interessantes na cabeça da lista é que vai atrair mais os eleitores. Por exemplo, numa cidade pequena. Tem ali um médico conhecido da cidade, o professor respeitado, e eles encabeçam a lista. Enquanto o partido concorrente tem o palhaço Tiririca... Então, cria uma concorrência entre partidos e dirigentes para fortalecer o partido, senão some. Eu parto dessa premissa. Da concorrência entre os partidos. E não da esperteza, daqueles que querem ficar na cabeça de chapa porque a tendência seria morrer.

**ROGÉRIO SCHMITT:** Acho que faltou falar algo importante das coligações, aliás a mais importante de todas. O fim das coligações tem um efeito prático que é a redução no número de partidos que conseguem eleger deputados. Na última eleição, 2014, foram 28 partidos que elegeram deputados. Se as coligações proporcionais não existissem, o número de partidos que elegeriam deputados estaria por volta de oito, nove, dependendo da eleição. Ou seja, o fim das coligações já é um instrumento equivalente à cláusula de barreira. Ela reduz a fragmentação partidária a níveis absurdos.

**SÉRGIO RONDINO:** Então vamos a esse tema: o que é cláusula de barreira?

**THIAGO BOVÉRIO:** Do ponto de vista jurídico, é uma forma de inviabilizar a participação, no parlamento, de partidos que não tenham representatividade. Aqueles partidos que não chegassem a uma votação "x" não teriam representatividade para a sociedade e, assim, a tendência seria a sua extinção. Do ponto de vista jurídico. Acho que é positivo porque impede a disseminação de partidos sem representatividade.



**SÉRGIO RONDINO:** Os partidos deveriam conquistar uma certa quantidade de votos para ter direito a colocar deputados no parlamento, é isso?

**THIAGO BOVÉRIO:** Tem vários tipos de propostas.

**RUBENS FIGUEIREDO:** Isso promoveria uma espécie de lipoaspiração no número de partidos políticos e impediria o acesso dos partidos muito pequenos ao tempo de TV, que permite a eles fazer uma divulgação completamente desproporcional à representatividade que eles realmente têm. E impediria, também, o acesso ao fundo partidário. Mas eu acho que o efeito pedagógico mais interessante seria dar mais clareza ao quadro partidário, fazer com que o eleitor entenda que aquelas forças que estão com suas agremiações registradas e funcionando são as que, de alguma maneira, representam ideias que podem ser explicitadas sem a confusão que existe hoje com 28 partidos políticos.



**THIAGO BOVÉRIO:** Tem reflexo ainda no barateamento das campanhas. Porque diminuindo o número de partidos, de candidatos, o período eleitoral e o tempo de campanha tendem a diminuir. O que é hoje uma das coisas que se discute na reforma política: diminuição do período, porque três meses de propaganda encarece muito a campanha.

**ROGÉRIO SCHMITT:** Quero ressaltar um ponto. Supondo que o fim das coligações seja mesmo aprovado, a adoção de uma cláusula de barreira seria redundante, desnecessária. Ela produz o mesmo resultado, que é a redução da fragmentação partidária. Se você já tem seis não precisa colocar o meia-dúzia junto.

**SÉRGIO RONDINO:** Esse efeito seria quase automático, a redução do número de partidos?

**ROGÉRIO SCHMITT:** Eu creio que se o fim das coligações, que é projeto que está mais avançado, já andou metade do caminho - passou no Senado - for aprovado, o debate da cláusula de barreira vai morrer. Porque é redundante. Não queríamos reduzir a fragmentação partidária no Congresso? Ótimo, o fim das coligações já produz esse efeito.

**THIAGO BOVÉRIO:** Mas eles vão continuar participando da eleição, recebendo fundo partidário...

**ROGÉRIO SCHMITT:** Mas não se pode impedir um partido de disputar a eleição...

**THIAGO BOVÉRIO:** É extinguir. Não tem representatividade, é extinto.

**ROGÉRIO SCHMITT:** Não existe nenhuma proposta de extinguir partido. O que pode acontecer é a cláusula de barreira passar a ser um filtro não para acesso a vagas no parlamento, mas, como o Rubens lembrou, para acesso ao horário eleitoral, à propaganda eleitoral e partidária e também ao rateio do fundo partidário.

**SÉRGIO RONDINO:** Essa é a ideia que tem sido mais defendida exatamente para evitar que pequenos partidos vendam lá os seus 20 segundos...

**ROGÉRIO SCHMITT:** Mas aí não vai se sobrepor ao fim das coligações. Adotar a cláusula de barreira e fim das coligações é fazer duas vezes a mesma coisa. É matar duas vezes. Já morreu na primeira. Não precisa matar a segunda.

**SÉRGIO RONDINO:** Seja pelo fim das coligações ou pela cláusula de barreira, partidos ficariam fora do parlamento, o que não significaria deixar de funcionar. Mas há quem diga que isso seria uma violência contra setores minoritários da população, que hoje são organizados em partidos pequenos e ficariam sem representação no Congresso Nacional. Como é que vocês avaliam isso?

**RUBENS FIGUEIREDO:** O partido pode existir. Nos Estados Unidos há um número elevadíssimo de partidos. O que não pode é o partido que tem um deputado ter direito a fundo partidário. Não precisa acabar com o partido. Para ter representação, as minorias têm que ter capacidade de aglutinação de forças. Somar aquilo que eles acreditam, aquilo que eles defendem de forma prioritária, em votos. Porque é assim que funciona a democracia. Eu acredito que não se pode, em nome de



**Não precisa acabar com o partido. Para ter representação, as minorias têm que ter capacidade de aglutinação de forças. Somar aquilo que eles acreditam, aquilo que eles defendem de forma prioritária, em votos. Porque é assim que funciona a democracia.**



defender uma representatividade institucional artificial das minorias, comprometer a qualidade do sistema político.

**ROGÉRIO SCHMITT:** E às vezes esse deputado sequer foi eleito com os votos do próprio partido.

**RUBENS FIGUEIREDO:** É artificial um partido com um deputado ter três minutos de TV em rede nacional. Isso não existe.

**SÉRGIO RONDINO:** Imagine, por hipótese, que por causa da cláusula de barreira um partido fique sem deputados no parlamento, sem fundo partidário e sem tempo de TV. Mesmo assim ele pode continuar representando um segmento social, porque não se faz política só nos parlamentos. Há microcosmos da sociedade que podem ter voz, através da atuação de um partido na sociedade. Fazer panfletos, fazer jornal, fazer proselitismo, defender suas ideias mesmo que seja fora dos parlamentos. Por que não?

**ROGÉRIO SCHMITT:** A ironia do sistema político brasileiro é que a nossa legislação é extremamente restritiva para a criação de partidos e é extremamente liberal para permitir o acesso de partidos ao fundo partidário, ao horário eleitoral. Acho que deveria ser o contrário. Se nós quatro quisermos criar o nosso partido, vamos criar. Vamos lutar para sobreviver. Daí a chegar a receber dinheiro público, participar da propaganda gratuita, eleger um deputado, aí tem que comer muito feijão, não é? Aqui no Brasil os incentivos operam nas direções inversas das que deveriam operar.

**THIAGO BOVÉRIO:** Toda essa estrutura é para viabilizar a busca pelo poder. Partido é uma agremiação que visa a busca do poder. Então, não tem sentido só ficar fazendo discurso.

**SÉRGIO RONDINO:** Mas o Partido Verde, na Alemanha, durante muito tempo não conseguiu representação no parlamento, mas tinha todo um discurso.



**ROGÉRIO SCHMITT:** A ideia é que os partidos pequenos também possam se fundir. Aliás, eu acho que é exatamente isso que vai acontecer com o fim das coligações. Esses mais de 20 partidos que não terão mais votos para eleger ninguém nas próximas eleições, eles vão se juntar aos grandes ou entre eles para formar novos.

**SÉRGIO RONDINO:** Nós precisamos lembrar que a atuação política não se faz exclusivamente através de parlamentares eleitos. Partidos atuam também em sindicatos e associações... Portanto, partidos pequenos sem representação parlamentar não deveriam ser vetados, ao contrário, deveriam ser criados com facilidade, como disse o Rogério, mas aí já estamos no plano ideal. Vamos voltar de novo para a realidade brasileira. Vocês acham que esses dois pontos são os que tem maior chance no momento para serem aprovados no Congresso ... e já seria um avanço. Mas já tivemos avanços no processo eleitoral brasileiro, não? Se olharmos lá para trás, melhorou? Porque às vezes o pessimismo é tão grande que dá a impressão de que está tudo horrível. Por exemplo, até pouco tempo era permitido fazer churrascos, shows, e isso foi proibido.

**THIAGO BOVÉRIO:** Acho que as minirreformas que têm acontecido foram como trocar a roda com o carro andando. Sempre correndo atrás daqueles buracos, omissões, pequenos incêndios. Quando sabemos que um vereador ou prefeito de alguma cidade conquistou votos dando brindes, aí entra para a legislação a proibição de brindes. Agora, depois dessa operação (Lava-jato) toda que está acontecendo, estão criando mecanismos para impedir o caixa 2. Aí está o sentido da reforma política. Criar o sistema ideal vai ser

muito difícil, mas uma legislação que aperfeiçoe e tente vislumbrar onde estão os gargalos eleitorais do País de acordo com a nossa cultura. Não comparar... Pegar a cultura da Alemanha, ou trazer da Suíça para o Brasil. Criar mecanismos de aperfeiçoamento desse sistema.

**SÉRGIO RONDINO:** Hoje se fala muito que uma reforma política deveria baixar o custo das campanhas eleitorais no Brasil. O que pensam disso?

**ROGÉRIO SCHMITT:** Eu queria desmitificar duas coisas. Primeiro, que é possível fazer campanha eleitoral barata. Não existe campanha eleitoral barata no mundo inteiro. Campanha eleitoral é cara e provavelmente os custos são crescentes ao longo do tempo. O Brasil não é exceção a essa regra por várias razões. Num sistema proporcional, por exemplo, a campanha eleitoral é cara por que há muitos candidatos e a disputa é acirrada. Há uma correlação muito forte entre o quanto se gasta e a chance de eleição. Num sistema de voto distrital, a campanha eleitoral também é cara, mas aí não porque tem muitos candidatos, mas porque só tem uma vaga que os partidos disputam. Cada distrito elege um deputado só.

**SÉRGIO RONDINO:** Então você acha que é um mito a ideia de que adotar o voto distrital baratearia a campanha?

**ROGÉRIO SCHMITT:** No sistema proporcional a eleição é cara porque a oferta de candidatos é grande. Que é o que a gente tem hoje. No outro caso, é cara porque a oferta de vagas é pequena. O resultado é o mesmo.



**THIAGO BOVÉRIO:** E você não acha que a lista fechada ajudaria a baratear a campanha? Porque o dinheiro não seria pulverizado nos candidatos, seria concentrado no partido.

**ROGÉRIO SCHMITT:** Mas aí a lista do meu partido vai querer gastar mais que a lista do seu partido. Não tem vaga para todo mundo. Sempre haverá alguns que serão eleitos e uma maioria que não será eleita. Outro mito ao qual eu gostaria de me referir é o de que é possível haver distribuição democrática e paritária de recursos na campanha. As doações privadas sempre se distribuem de forma desigual entre os candidatos nos partidos. A gente sabe que os empresários, as empresas doam mais para quem tem mais chances de vencer.

Isso também é verdade para os recursos públicos destinados à manutenção dos partidos. Eu me dei ao trabalho de preparar para esse debate um levantamento nas estatísticas do fundo partidário no ano passado. Vocês sabiam que, de todos os recursos do fundo partidário, no ano passado, dois terços foram para os sete maiores partidos? Os outros 25 partidos receberam só um terço dos recursos públicos. A alocação de recursos para partidos sempre será desigual. Sejam recursos privados ou públicos. Se a gente fizer esse levantamento com os recursos privados, a distribuição não vai ser muito diferente dessa.

**SÉRGIO RONDINO:** Não sei se houve mudanças na legislação alemã desde 1991, quando estive lá acompanhando uma campanha eleitoral. Cada partido

recebia do governo seis marcos, a moeda da época, por voto obtido na eleição para o Bundestag, o parlamento federal. Claro que os grandes partidos, sempre mais votados, arrecadavam mais e podiam fazer campanhas mais caras que os menores. Distribuição desigual, portanto.

**ROGÉRIO SCHMITT:** Até onde a gente sabe, o mercado sempre aloca recursos de forma mais eficiente que o Estado.

**SÉRGIO RONDINO:** Eu queria colocar uma outra questão. Nós estamos falando de financiamento de campanha, financiamento de partidos, e a gente sabe que há na opinião pública uma certa restrição...

**RUBENS FIGUEIREDO:** É muito difícil convencer a opinião pública, no Brasil, de que o cidadão deve pagar uma parte do seu imposto para a manutenção dos partidos. Os partidos aqui têm pouca identificação, a política é muito mal vista, e a gente tem um noticiário, principalmente na época em que nós estamos, muito desfavorável a qualquer tipo de financiamento público para a atividade partidária. As pesquisas que eu conheço mostram que a população não vê com bons olhos o financiamento público de campanhas eleitorais.

**SÉRGIO RONDINO:** Estamos chegando ao final do nosso tempo. Se quiserem fazer uma observação final...

**RUBENS FIGUEIREDO:** Eu acho que há um consenso aqui na mesa de que uma reforma revolucionária - às vezes eu brinco que seria a reforma

Carla Bruni, porque teria todas as qualidades - uma reforma dessa natureza dificilmente sairia. E também não seria o melhor caminho para aperfeiçoar a nossa legislação e o nosso sistema político. A questão do financiamento é muito delicada, gera muitas paixões, e talvez a gente tenha que avançar paulatinamente para não gerar uma discussão que teria mais o condão de paralisar as outras votações do que propriamente resolver esse problema.

**THIAGO BOVÉRIO:** Eu entendo que, uma reforma política salutar para o País e para o sistema político passa pelo fortalecimento dos partidos e a inclusão, a participação da sociedade nas questões partidárias e políticas.

**ROGÉRIO SCHMITT:** Eu não consigo enxergar muita viabilidade em propostas que falem em mudanças radicais no sistema atual. Eu imagino que provavelmente vamos ter algumas mudanças nos próximos anos, mas eu não esperaria nenhuma grande mudança, que de repente vá acertar todos os problemas. Acho que algumas premissas são fundamentais. Aperfeiçoar o que a gente já tem, fortalecer os partidos, aproximar o eleitor dos partidos. Acho que partindo dessas premissas bem modestas a gente consegue melhorar o que já tem sem precisar correr muitos riscos de adotar estratégias que parecem bonitas, mas que não sabemos o resultado que produzirão.

**SÉRGIO RONDINO:** Bem, terminamos aqui com pelo menos uma certeza: temos um processo eleitoral cheio de problemas e defeitos, mas que vem sendo aprimorado aos poucos ao longo do tempo. Obrigado a todos pela participação.



<p><b>Presidente</b> - Guilherme Afif</p> <p><b>1º Vice-presidente</b> - Vilmar Rocha</p> <p><b>2º Vice-presidente</b> <b>Diretor de Relações Internacionais</b> - Alfredo Cotait</p> <p><b>Secretária</b> - Alda Marco Antonio</p> <p><b>Diretor Superintendente</b> - João Francisco Aprá</p>	<p><b>Conselho Superior de Orientação</b> <b>Presidente</b> - Gilberto Kassab Guilherme Afif Henrique Meirelles Omar Aziz Raimundo Colombo Otto Alencar Claudio Lembo Ricardo Patah Vilmar Rocha Guilherme Campos Eduardo Sciarra</p>
---	---

<p><b>Coordenadores dos Conselhos Temáticos</b></p> <p><b>Política Econômica</b> - Henrique Meirelles <b>Emprego e Trabalho</b> - Ricardo Patah <b>Gestão Pública e Transparência</b> - Rubens Chammas <b>Pacto Federativo e Tributação</b> - Samuel Hanan <b>Previdência</b> - Reinhold Stephanes <b>Educação</b> - Alexandre Schneider <b>Saúde</b> - Eleuses Paiva <b>Infraestrutura, Transportes e Energia</b> - Eduardo Sciarra <b>Desenvolvimento Urbano</b> - Paulo Simão <b>Desenvolvimento Rural</b> - Cesário Ramalho <b>Meio Ambiente e Sustentabilidade</b> - Marcelo Cardinale Branco <b>Cultura</b> - Danilo Miranda <b>Esportes</b> - Antonio Moreno Neto <b>Turismo</b> - Marcelo Rehder <b>Indústria, Tecnologia e Inovação</b> - Ozires Silva <b>Inteligência e Mídias Digitais</b> - Aleksandar Mandic <b>Justiça</b> - Arnaldo Malheiros Filho <b>Segurança Pública</b> - Túlio Kahn <b>Desenvolvimento e Inclusão Social</b> - Alda Marco Antonio <b>Participação e Cidadania</b> - Ivani Boscolo <b>Política Externa e Comércio Exterior</b> - Embaixador José Botafogo Gonçalves <b>Defesa Nacional</b> - Gen. Antônio Luiz da Costa Burgos</p>	<p><b>Conselho Consultivo</b></p> <p><b>Acre</b> - Sérgio Petecão <b>Alagoas</b> - Jorge Silvio Luengo Galvão <b>Amapá</b> - Eider Pena <b>Amazonas</b> - Omar Aziz <b>Bahia</b> - Otto Alencar <b>Ceará</b> - Patrícia Pequeno G.C. Aguiar <b>Distrito Federal</b> - Rogério Rosso <b>Espírito Santo</b> - José Carlos Fonseca Junior <b>Goiás</b> - Vilmar Rocha <b>Maranhão</b> - Claudio Trinchão <b>Mato Grosso</b> - Carlos Fávaro <b>Mato Grosso do Sul</b> - Antônio Cesar Lacerda Alves <b>Minas Gerais</b> - Diego Andrade <b>Pará</b> - Helenilson Pontes <b>Paraíba</b> - Rômulo Gouveia <b>Paraná</b> - Eduardo Sciarra <b>Pernambuco</b> - André de Paula <b>Piauí</b> - Júlio Cesar <b>Rio de Janeiro</b> - Indio da Costa <b>Rio Grande do Norte</b> - Robinson Faria <b>Rio Grande do Sul</b> - José Paulo Dornelles Cairoli <b>Rondônia</b> - Moreira Mendes <b>Roraima</b> - Rodrigo Jucá <b>Santa Catarina</b> - Antônio Ceron <b>São Paulo</b> - Alfredo Cotait Neto <b>Sergipe</b> - Jeferson Andrade <b>Tocantins</b> - Irajá Abreu</p>
--	--

**ENCONTROS DEMOCRÁTICOS** - Coleção 2015 - Nº 3  
**ESPAÇO DEMOCRÁTICO** - Site: [www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br) Facebook: [EspacoDemocraticoPSD](https://www.facebook.com/EspacoDemocraticoPSD)  
**PSD** - Site Nacional: [www.psd.org.br](http://www.psd.org.br) Twitter Nacional: [@psd\\_55](https://twitter.com/psd_55) Facebook Nacional: [psd.br](https://www.facebook.com/psd.br)  
 Coordenação - Scriptum Comunicação Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)  
 Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

# ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



[www.espacodemocratico.org.br](http://www.espacodemocratico.org.br)